

DA INQUISIÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO: A MULHER À LUZ DA HISTORICIDADE

FROM THE INQUISITION TO THE WORLD OF WORK: WOMEN IN THE LIGHT OF HISTORICITY

RESUMO

Este artigo explorou a trajetória da mulher desde a repressão imposta pela inquisição até sua inserção no mundo do trabalho, percorrendo um período histórico marcado por profundas transformações sociais e culturais. Ele teve como objetivo analisar as transformações sociais, culturais e legais que moldaram a posição das mulheres na sociedade. Por meio de uma análise crítica e embasada em pesquisas historiográficas de Federici, Louro, Scott, hooks, entre outros, o estudo examina as diferentes formas de opressão e resistência vivenciadas pelas mulheres ao longo dos séculos, destacando os desafios e conquistas que marcaram sua luta por emancipação. A pesquisa foi conduzida através de uma revisão bibliográfica detalhada, buscando compreender as dinâmicas de poder e a resistência das mulheres. Realizou-se uma pesquisa narrativa sobre o tema, para analisar a história da mulher, pode-se identificar as raízes da desigualdade de gênero e iluminar o caminho para a construção de uma sociedade

Tamires Araújo Lima

Possui graduação em Administração pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas do Araguaia (2009) Pós-graduada em Tecnologia em Gestão Pública e Responsabilidade Fiscal pela Esab (2012) Pós-graduada em Desenvolvimento Web Full Stack pela Unyleya (2021) Mestre Educação Profissional e Técnica - ProfEpt (2024). Atualmente é Administradora do Instituto Federal Goiano. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Organizações Públicas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2405-433X>. E-mail: ttamireslima@hotmail.com

Sangelita Miranda Franco Mariano

Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal de Uberlândia (2003). É especialista em Docência na Educação Superior, Universidade Federal de Uberlândia (2004). Mestre em Educação na Linha de Pesquisa "Saberes e Práticas Educativas" pela Universidade Federal de Uberlândia (2009) e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, na linha de pesquisa "Estado, Políticas e Gestão da Educação" (2016). Atualmente trabalha no Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos, como docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Possui experiência na área de educação infantil; políticas públicas educacionais, Práticas educativas, Avaliação e Estágio Supervisionado. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, linha de pesquisa: Organização e memórias de Espaços Pedagógicos na EPT. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3895-4291>. E-mail: sangelita.mariano@ifgoiano.edu.br

Flávio Manoel Coelho Borges Cardoso

Bacharelado em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Bahia (1992), Licenciatura Plena com Habilitação em Administração pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (1997). Bacharelado em Direito pela UniEvangélica (2022). Especialista em Controladoria e Finanças pela PUC-GO, Mestre em Administração pela PUC - Minas (2005) e Doutor em Administração pela Universidade de Brasília - UNB / Universidad Jaume I - UJI - Espanha (2016). Professor Visitante na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2023). Professor Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. Docente permanente credenciado junto ao Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica ProfEPT do IF Goiano Campus Ceres e Programa de Mestrado em Administração do IF Goiano Campus Rio Verde. Tem experiência na área de Administração e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Empreendedorismo, Arranjos Produtivos Locais ou Clusters, Spin-Offs, Direito e Justiça, Educação Profissional e Tecnológica. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1587-0597>. E-mail: flavio.cardoso@ifgoiano.edu.br

mais justa e igualitária. A análise dos dados coletados permitiu traçar um panorama abrangente da trajetória da mulher, perpassando pelas opressões e perseguições até os avanços na conquista de direitos civis e a sua emancipação. Os achados da pesquisa revelaram que a inquisição foi um período de intensa repressão o que limitou a atuação das mulheres e a inclusão delas no mercado de trabalho foi impulsionada por movimentos sociais e mudanças legislativas. Portanto, esse artigo oferece uma contribuição valiosa para entender a trajetória das mulheres enfatizando a necessidade de ações contínuas para superar as desigualdades persistente.

Palavras-chave: Inquisição. Gênero. Feminismo. Mulher. Trabalho.

ABSTRACT

This article explores the trajectory of women from the repression imposed by the Inquisition to their entry into the world of work, covering a historical period marked by profound social and cultural transformations. Its aim was to analyze the social, cultural and legal transformations that shaped the position of women in society. Through a critical analysis based on historiographical research by Federici, Louro, Scott, hooks, among others, the study examines the different forms of oppression and resistance experienced by women over the centuries, highlighting the challenges and achievements that marked their struggle for emancipation. The research was conducted through a detailed bibliographical review, seeking to understand the dynamics of power and women's resistance. Narrative research was carried out on the subject in order to analyze women's history, identify the roots of gender inequality and illuminate the path towards building a fairer and more equal society. The analysis of the data collected enabled a comprehensive overview to be drawn up of women's trajectory, from oppression and persecution to the progress made in gaining civil rights and emancipation. The research findings revealed that the Inquisition was a period of intense repression which limited women's activities, while their inclusion in the job market was driven by social movements and legislative changes. Therefore, this article offers a valuable contribution to understanding the trajectory of women, emphasizing the need for continuous action to overcome persistent inequalities.

Keywords: Inquisition. Gender. Feminism. Women. Work.

Introdução

Desde os tempos da Inquisição até o mundo do trabalho contemporâneo, as mulheres têm enfrentado desafios e lutado por reconhecimento, igualdade e autonomia. Este artigo propõe uma análise detalhada da trajetória da mulher, desde períodos de repressão até sua inserção no mercado de trabalho, com o objetivo de compreender as transformações históricas que moldaram sua posição na sociedade. Este artigo mergulha em um exame aprofundado da inquisição, um período sombrio da história marcado pela perseguição e execução de milhares de mulheres, passando de uma análise crítica e interdisciplinar, explorando suas motivações socioculturais

e as consequências profundas que deixou na construção da identidade e dos direitos das mulheres. Define e explora o conceito de gênero e amplia a discussão sobre o feminismo e as mulheres na esfera familiar e profissional.

O objetivo principal deste estudo é investigar a evolução da condição da mulher ao longo da história, destacando os principais marcos e mudanças significativas em sua trajetória, desde a perseguição durante a Inquisição até sua participação no mercado de trabalho contemporâneo. Além disso, busca-se compreender os fatores sociais, culturais e políticos que influenciaram essa jornada, identificando padrões e tendências que possam contribuir para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas de gênero ao longo do tempo.

A pesquisa será conduzida por meio de uma abordagem bibliográfica, com o intuito de reconstruir e interpretar a trajetória da mulher ao longo dos séculos. Para a sociedade medieval, o mundo da bruxaria era o mundo do desejo, da carne, e estava completamente ligado ao mal. As bruxas negavam a Cristo e tornavam-se servas do diabo (Guimarães; Nunes, 2023).

O período da inquisição representou um momento sombrio na história da mulher, marcada pela perseguição e punição de qualquer indivíduo que se desviasse da doutrina da Igreja Católica. As mulheres, em particular, eram consideradas mais suscetíveis à heresia e bruxaria, sendo frequentemente vítimas de julgamentos sumários, tortura e execução.

Ao longo do século XX, as mulheres conquistam importantes direitos civis e políticos, como o direito ao voto, à educação e à igualdade salarial. No entanto, a luta por igualdade de gênero ainda está longe de ser concluída. As mulheres ainda enfrentam desafios como a violência doméstica, a disparidade salarial e a sub-representação em cargos de liderança (Miranda; Mafra; Cappelle, 2014).

Propõe-se que, as mulheres foram submetidas a formas variadas de opressão, desde a perseguição durante a Inquisição até formas contemporâneas de discriminação e desigualdade no mercado de trabalho. A inserção das mulheres no mercado de trabalho foi marcada por desafios significativos, incluindo discriminação de gênero, desigualdade salarial e segregação ocupacional, que persistem até os dias atuais.

Este artigo, busca compreender a trajetória histórica da mulher e contribuir para um debate amplo sobre as questões de gênero e igualdade na sociedade contemporânea. Portanto, ele foi organizado em seções, o estudo traça uma jornada através do tempo, conectando as mulheres aos debates contemporâneos sobre gênero, feminismo e o papel da mulher no mundo do trabalho. Na primeira seção temos a introdução, na segunda seção temos a historicidade das mulheres com a Inquisição: caça às “bruxas” – Mulheres; na terceira seção temos um debate sobre Mulheres e gênero: rompendo barreiras, construindo pontes; na quarta seção temos o feminismo em busca de igualdade, na quinta seção temos as Mulheres no mercado de trabalho: desafios e conquistas e por fim temos as considerações finais.

Inquisição: caça às “bruxas” – mulheres

As mulheres sempre lutaram contra a opressão que elas eram subjugadas e muitas vezes foram mortas em busca da sua liberdade. A inquisição da igreja foi cruel com qualquer mulher que desafiava os princípios da igreja. A inquisição foi uma instituição criada pela Igreja Católica no século XIII para combater a heresia e a apostasia entre os fiéis (Federici, 2017). A luta das mulheres contra a opressão ao longo da história muitas vezes resultou em morte, em sua busca por liberdade e igualdade e a inquisição era conhecida por sua crueldade ao lidar com o que ia contra os princípios da igreja.

As mulheres eram frequentemente acusadas de bruxaria, heresia e outras práticas consideradas “pecaminosas” pela igreja católica. Essas acusações muitas vezes eram baseadas em preconceitos de gênero e estereótipos de que as mulheres eram mais propensas a se envolver em práticas mágicas e supersticiosas (Federici, 2017). Este contexto histórico ilustra a luta das mulheres contra a marginalização e a perseguição, destacando a importância da resistência feminina na busca por justiça e igualdade.

Durante a inquisição, as mulheres eram submetidas a julgamentos injustos, torturas e execuções públicas. Elas também eram frequentemente alvo de difamação e perseguição por parte da igreja e de seus seguidores. Além disso, a inquisição também foi responsável por reprimir e perseguir as mulheres que desafiavam as normas de gênero estabelecidas pela sociedade. As mulheres que se recusavam a se submeter à autoridade masculina ou que desafiavam as regras sociais eram acusadas de heresia e punidas pela inquisição (Federici, 2017). Durante a Inquisição, as mulheres enfrentaram julgamentos injustos, tortura, execuções públicas e difamação, além de serem alvo de perseguição por desafiarem as normas de gênero estabelecidas pela sociedade.

Revisitando as origens de violências contra as mulheres, é importante voltar a inquisição, que foi uma prática metódica e rigorosa onde criou-se um tribunal eclesiástico instituído pela igreja católica a partir do século XIII. Os membros desse tribunal tinham um santo ofício de investigar e julgar sumariamente hereges de crimes contra a fé católica (Melo; Ribeiro, 2021). A Inquisição teve como objetivo combater a heresia, que era considerada uma ameaça à unidade da Igreja e à salvação das almas.

Lutero, que fundou o protestantismo, reconheceu que as mulheres eram importantes para o crescimento da raça e a sua importância estava no fato dela ter um útero e poder dar à luz. O estado tinha como objetivo quebrar o controle que as mulheres tinham sobre seus corpos e a reprodução e utilizou da caça às bruxas, demonizando qualquer forma de controle de natalidade e instaurando a sexualidade apenas para fins procriativos (Federici, 2017).

O *Malleus Maleficarum* - Martelo das feiticeiras publicado em 1486-1487 pelos dominicanos Heinrich Kraemer e James Sprenger - tratava-se de um guia inquisitorial, um manual sobre a execução de modos de confissão, penas de tortura e morte, feito especialmente para as mulheres acusadas de bruxaria, pactos com o diabo e heresia. Este livro legitimou por séculos as ações que levaram milhares de mulheres a fogueira

(Melo; Ribeiro, 2021). A Inquisição contribuiu para disseminar a crença na bruxaria como uma ameaça real e perigosa, uma vez que ela condenava as práticas consideradas supersticiosas e contrárias à doutrina católica.

No *Malleus Maleficarum*, além de negar as práticas cristãs da época, algumas das principais características que identificavam as bruxas eram marcas e aspectos do corpo feminino considerados feios ou estranhos. As principais acusadas de serem bruxas eram as mulheres idosas, as com alguma deficiência e com feições consideradas desagradáveis. Se uma mulher acusada de bruxaria fosse bonita e jovem, acreditava-se que ela estaria usando de uma falsa beleza para atrair os homens a cometerem o crime (Guimarães; Nunes, 2023).

A feitiçaria já era objeto de preocupação e ataque da igreja católica, e da sociedade europeia, antes da elaboração e publicação de *Malleus Maleficarum*, pois acreditava-se que as mulheres eram mais propensas à superstição. A partir do livro, as mulheres são vistas como mais vulneráveis às armadilhas do diabo por causa de sua natureza. Acredita-se que as bruxas eram responsáveis por fazer antídotos e poções e que desde tempos remotos as mulheres eram curandeiras populares e parteiras detentoras de um saber que iam construindo, dividindo e transmitindo de uma geração à outra (Melo; Ribeiro, 2021).

A inquisição e a caça às bruxas tiveram um impacto especialmente negativo sobre as mulheres. Durante a Idade Média e o início da Era Moderna, muitas mulheres foram acusadas de bruxaria e sujeitas a julgamentos injustos e cruéis que frequentemente resultavam em execuções públicas. As mulheres eram associadas à paixão, natureza, carne, relações sexuais e prazer, todos os quais devem ser controlados e estritamente regulados. Este mecanismo de culpabilização das mulheres, está na base do argumento do *Malleus Maleficarum* (Melo; Ribeiro, 2021).

A caça às bruxas, a princípio parece ser um movimento religioso de defesa da fé cristã, e quando problematizada podemos vislumbrar suas nuances políticas e econômicas no desenvolvimento capitalista e na proibição do saber feminino (Melo; Ribeiro, 2021). Sua prática causou muitas mortes e sofrimento para muitas pessoas ao longo da história, sendo hoje considerada como um exemplo de intolerância religiosa e injustiça.

Todo o conceito de feminilidade é construído na oposição ao masculino, é associado à honra, masculinidade e espiritualidade. As mulheres, por outro lado, não possuem nenhuma das qualidades dos homens e, portanto, são vistas como seres negativos (Guimarães; Nunes, 2023). A Inquisição foi um instrumento de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho, sua sexualidade e capacidade reprodutiva foram trazidos para o controle do Estado e transformados em recursos econômicos (Federici, 2017). Durante a Inquisição, as mulheres foram submetidas ao controle estatal, onde seus corpos, trabalho, sexualidade e capacidade reprodutiva foram transformados em recursos econômicos.

Toda ameaça feminina deve ser contida e punida, principalmente quando representa uma forma de desobediência que pode causar danos à humanidade e seu

desenvolvimento. O capitalismo reproduziu e aprofundou muitas das desigualdades de gênero que existiam anteriormente (Melo; Ribeiro, 2021). Para Silvia Federici:

A caça às bruxas constituiu um dos acontecimentos mais importantes do desenvolvimento da sociedade capitalista e da formação do proletariado moderno. Isto porque o desencadeamento de uma campanha de terror contra as mulheres, não igualada por nenhuma outra perseguição, debilitou a capacidade de resistência do campesinato europeu frente ao ataque lançado pela aristocracia latifundiária e o Estado (Federici, 2017, p. 297).

A caça às bruxas foi um evento significativo no desenvolvimento da sociedade capitalista e na formação do proletariado moderno, pois a intensa perseguição às mulheres enfraqueceu a resistência do campesinato europeu e estabeleceu a dominação de classe. O grande medo entre os cristãos na Europa centrava-se nas mulheres e nas atividades de culto não-cristãos, como o animismo, a adoração de deusas e o paganismo.

No Brasil nasceu da ideia de paraíso na terra como um ideal de felicidade e alegria com a animalização dos nativos e a difusão de noções bíblicas de pecado associadas à natureza do céu. Muitas mulheres foram denunciadas, interrogadas, torturadas e mortas no Brasil, na frágil tentativa de purificar a terra prometida (Melo; Ribeiro, 2021).

A crença na bruxaria como uma ameaça real e perigosa era profundamente enraizada na sociedade da época, e muitas mulheres foram acusadas de praticar magia negra, pactuar com o diabo e realizar malefícios contra outras pessoas. Muitas vezes as mulheres eram vistas como suspeitas e inferiores em relação aos homens, o que contribuía para a sua marginalização e perseguição. As acusações de bruxaria muitas vezes eram baseadas em estereótipos de gênero e atribuições de comportamentos considerados desviantes, como a independência, a rebeldia ou a sexualidade (Federici, 2017). Isso refletia uma visão de inferioridade e suspeita em relação aos homens, o que contribuía para sua marginalização e perseguição.

A misoginia manifesta-se na forma como é descrito o seu comportamento e na construção estética da imagem da bruxa, humilhada, apaixonada ou perversa, sempre ridicularizada. “Os caçadores de bruxas (que eram quase todos homens no passado) costumam ser os dignos herdeiros dos demonologistas do século XVI. Enquanto lamentavam a extinção das bruxas, muitos insistiam em retratá-las como pobres tolas sofrendo de alucinações” (Federici, 2017, p. 294).

A partir do século XVI ao mesmo tempo que se enchiam barcos de carregamentos humanos vindos da África para se tornarem escravos, os governos europeus impunham regras severas a contracepção, aborto e infanticídio. As principais suspeitas eram as parteiras (o que abriu espaço para médicos homens e salas de partos), com a marginalização das parteiras as mulheres perderam o controle sobre a sua procriação e

passou a ter um papel passivo no parto. Os médicos passaram a ser considerados como os que realmente “davam a vida” e priorizavam a vida do feto a da mãe (Federici, 2017).

O impacto da caça às bruxas nas mulheres foi profundo e duradouro, as mulheres foram particularmente vulneráveis durante esse período, pois muitas das práticas rotuladas como “bruxaria” eram associadas a habilidades consideradas femininas, como cura, parto e cuidados com as crianças. Além disso, foi uma forma de reforçar a dominação masculina e o patriarcado sobre as mulheres, já que eram homens que julgavam e executavam as mulheres acusadas de bruxaria. A caça às bruxas teve um impacto devastador nas mulheres, reforçando as desigualdades de gênero e perpetuando a opressão e o controle masculino sobre as mulheres, seus efeitos negativos continuam a ser sentidos após o fim do período oficial da caça às bruxas (Federici, 2017).

A caça às bruxas teve um profundo e duradouro impacto nas mulheres. A perseguição serviu para reforçar a dominação masculina e o patriarcado, pois eram homens que julgavam e executavam as mulheres acusadas. Os efeitos negativos dessa prática perpetuam as desigualdades de gênero e controle masculino sobre as mulheres.

A inquisição resultou na supressão de conhecimentos e sabedoria das mulheres, pois muita eram curandeiras e detentoras de conhecimentos tradicionais que foram considerados hereges pela igreja (De Melo; Ribeiro, 2021). Dessa forma, podemos ver que a inquisição reforçou o patriarcado e a misoginia e teve um impacto profundo e duradouro na sociedade, pois acabou por definir um modelo de feminilidade a ser seguido por todas as mulheres.

Mulheres e gênero: rompendo barreiras, construindo pontes

Gênero é o dispositivo por meio do qual se manifestam a produção e a normalização masculina e feminina e as formas hormonais, cromossômicas, corporais e performativas que o sexo assume. Assumir que o gênero significa sempre e exclusivamente matrizes masculinas e femininas ignora o ponto crucial de que esta produção binária coerente é acidental, tem um custo, e que as permutações de gênero não se ajustam. O gênero é um mecanismo para gerar e naturalizar conceitos de masculinidade e feminilidade, mas o gênero pode muito bem ser um veículo para desconstruir e desnaturalizar estes termos (Butler, 2014).

Gênero para Louro (1997) é uma construção social feita sobre as diferenças sociais, refere-se as diferenças sexuais da sociedade e como elas são colocadas na prática social. Para Scott (1995, p. 86), temos:

O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.

Scott (2017) define gênero como duas partes ramificada em várias subpartes, temos que o gênero implica em quatro elementos inter-relacionados: primeiro são símbolos disponíveis culturalmente que evocam múltiplas representações; segundo são conceitos normativos que enfatizam a interpretação de significados simbólicos; terceiro é o gênero construído por meio do parentesco; já o quarto aspecto é a identidade subjetiva, implicado na concepção e construção do próprio poder.

Para Soihet (2013), gênero também é uma relação de interdependência estabelecida entre homens e mulheres, deve ser entendido em termos de aspectos psicológicos, sociais e culturais tanto da feminilidade quanto da masculinidade. O gênero pode ser estudado como construto social que rompe com o determinismo biológico na relação entre os sexos (Scott, 1995). A relações de gênero são resultantes de um aprendizado que acontece no decorrer da vida de cada pessoa, pois, para a sociedade, cada um tem o seu papel social definido por suas diferenças sexuais.

Scott (1995) historicista o conceito de gênero e busca encontrar formas pelas quais ele legitima e estrutura as relações sociais. Para ela, este é um primeiro passo para a compreensão da natureza recíproca do gênero, das formas específicas e do contexto como a política constrói o gênero e como o gênero constrói a política. A antropóloga Strathern (1988) rejeitou o conceito analítico do gênero, para ela, o gênero é simplesmente um meio de reunir as práticas e ideias em torno dos sexos em numa determinada sociedade. Sendo, uma categoria empírica que marca descontinuidades entre corpos e objetos de determinada ordem simbólica.

Ao longo da história, os debates sobre as diferenças de gênero têm sido baseados principalmente entre duas perspectivas: o essencialismo e o culturalismo. O discurso essencialista celebra a diferença sexual e defende a existência da essência feminina, fazendo afirmações universalistas que aprisionam a feminilidade dentro de modelos estruturais. De uma perspectiva culturalista, as diferenças de gênero surgem da socialização e da cultura, assim a superação da ordem e da lei patriarcais eliminaria as diferenças de gênero (Araujo, 2005).

Collin (1992), afirma que as diferenças de gênero não são uma questão teórica, mas prática. A diferença de gênero emerge apenas na experiência conversacional de mulheres e homens e nas suas condições de gênero em espaços públicos, sociais ou privados. A proposta de Colin (1992) integra a igualdade e a diferença num diálogo contínuo sem as negar, num jogo dialético em que a pluralidade e o diálogo são princípios fundamentais.

Derrida (2007) defende a desconstrução da oposição binária igualdade/diferença, ele argumenta que a própria oposição entre igualdade e diferença esconde a interdependência dos dois termos, uma vez que a igualdade não elimina a diferença e a diferença não impede a igualdade. Uma vez desconstruída esta oposição, não só podemos dizer que os humanos são criados iguais, mas diferentes, mas também podemos insistir que a igualdade existe na diferença (Araujo, 2005).

Há grande diversidade nas identidades femininas e masculinas, assim, é importante rejeitar a oposição igualdade/diferença e continuar a insistir na diferença como condição da identidade individual e coletiva, como o verdadeiro significado da própria

identidade. Na proposta desconstrucionista de Scott (1995), a diferença binária daria lugar à diferença múltipla, única forma de escapar da armadilha da disjunção igualdade ou diferença (Araujo, 2005).

Portanto, gênero é um símbolo cultural na sociedade, são representações simbólicas e conceitos normativos, é uma identidade subjetiva, a maneira pela qual os sujeitos constroem identidades. O conceito de gênero constitui a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Ser mulher ou homem faz ver o mundo de maneira diferente é estar no mundo de maneira diferente, há diferenças na distribuição de poder, o que significa que gênero é sobre percepção e construção de poder (Louro, 2017).

Uma compreensão mais ampla de gênero exige que consideremos não apenas que os sujeitos se tornam homens e mulheres em um processo contínuo e dinâmico porque também nos permite pensar o gênero como mais do que uma identidade adquirida, é uma categoria impregnada nas instituições sociais, ou seja, expressam relações sociais generificadas (Louro, 1997). O gênero é, portanto, uma norma reguladora, mas é também uma norma de regulação ao serviço de outras formas de regulação. Se o gênero é a forma congelada que a sexualização desigual assume, então a sexualização desigual precede o gênero, e o gênero é a sua consequência (Butler, 2014).

É importante lembrar pelo menos duas advertências sobre obediência e regulação na obra de Foucault (1985). Primeiro temos que o poder regulador não apenas atua sobre um sujeito pré-existente, mas também define e molda esse sujeito e toda forma jurídica de poder; em segundo temos que é preciso tornar-se sujeito por ser regulamentado. O segundo ponto emerge do primeiro, uma vez que os discursos reguladores que moldam os temas de gênero são precisamente aqueles que exigem e induzem os temas em questão (Butler, 2014).

Ao se falar em relações de poder é importante trazer a discussão o sociólogo francês Bourdieu (1995), denunciou uma forma de pensar guiada por dicotomias e oposições. Observou que as relações de poder desiguais exigem a aceitação do grupo dominado, não necessariamente uma aceitação consciente e deliberada, mas principalmente uma submissão pré-reflexiva. Enfatizou ainda que esses conceitos invisíveis nos levam a formar um modo de pensar irrefletido, ou seja, quando acreditamos que temos a liberdade de pensar sobre algo, não consideramos que esse pensamento livre seja baseado por interesses, preconceitos e benefícios (Gomes; Balestero; Rosa, 2016).

O poder deve, portanto, ser visto como a capacidade de agir sobre as ações dos outros, distinguindo-o das relações fixas e assimétricas que caracterizam a dominação, nas quais deixam de existir estratégias reacionárias específicas (Miranda; Mafra; Cappelle, 2014). Bourdieu (1995), acredita que o poder simbólico é o poder que age sobre o corpo, com o apoio de tendências colocadas como molas impulsoras. Nessa perspectiva, o autor deixa claro que os humanos submissos são privados do poder de conferir significado (Gontijo; Melo, 2015).

Gênero é uma das referências recorrentes em que o poder político é concebido, legitimado e criticado, refere-se à oposição masculino/feminino e ao mesmo tempo é

a base de seu significado. Dentro do marxismo, o conceito de gênero é visto como um subproduto de mudanças estruturais na economia, ele não tem status próprio. Esse tipo de interpretação torna problemáticas as categorias homem e mulher, sugerindo que masculinidade e feminilidade não são características inerentes, mas construções subjetivas (Scott, 2017).

Instituições como o Estado, a escola e a família atuam como agentes que mantêm esta relação de dominação porque elaboram e impõem os princípios de dominação que são implementados no domínio mais fértil possível na sociedade que é a vida privada. A igreja tem sido historicamente antifeminista, perpetuando durante séculos uma visão moral patriarcal da inferioridade das mulheres, condenando quaisquer práticas que sejam vistas como subversivas dos costumes, como o vestuário ou certos comportamentos. Nessa esteira, as escolas contribuem propagando ideias antigas de modelos preconcebidos de carreiras e comportamentos típicos masculinos e femininos (Gomes; Balestero; Rosa, 2016). Portanto, essas instituições determinam comportamentos, impõem regras e valores que são absorvidos pela instituição familiar para serem aprendidos instintivamente por meio da comunicação, e dos planos inconscientes da ordem masculina.

O afrouxamento das fronteiras entre o mundo produtivo (homens) e o reprodutivo (mulheres) contribuiu para a participação das mulheres no mundo produtivo, mas não fez com que os homens tocassem o mundo doméstico. Acontece que a partir desse fenômeno o aumento da intensificação da participação feminina no espaço público não vem acompanhado de uma revisão da extensão da responsabilidade pessoal da mulher. Isso significa que o espaço reprodutivo da família como educação e outros cuidados, está em grande parte nas mãos das mulheres (Souza; Guedes, 2016).

As mulheres entraram no mundo do trabalho, mas as atividades domésticas ainda ficam a cargo delas. O trabalho doméstico não ser valorizado, afeta ainda mais as relações desiguais entre homens e mulheres, não houve a participação masculina nos afazeres domésticos o que acaba por sobrecarregar a mulher com a rotina de trabalho remunerado e não remunerado (Sousa; Guedes, 2016). Apesar da presença das mulheres no mercado de trabalho, elas continuam a assumir responsabilidades domésticas significativas.

A maternidade significa mais trabalho doméstico e menos tempo para a carreira profissional da mulher. A sociedade, por ainda ter aspectos culturais machistas, muitas vezes coloca uma pressão excessiva sobre as mulheres para equilibrar a maternidade e a carreira, o que pode levar a escolhas difíceis e a sensação de culpa por qualquer escolha que seja feita (Sousa; Guedes, 2016).

Sendo assim, entende-se que o patriarcado é um sistema social no qual os homens detêm o poder central na organização social, inclusive sobre mulheres, crianças e propriedades, é o principal responsável pela submissão das mulheres. É fundamental lembrar que a igualdade de gênero beneficia não apenas as mulheres, mas também toda a sociedade. Quando removemos barreiras e construímos pontes, criamos um mundo onde as pessoas são julgadas pelo seu mérito e não por seu gênero.

Feminismo em busca de igualdade

O feminismo é um movimento social e político que busca a igualdade de gênero, a justiça e o empoderamento das mulheres em relação aos homens. Ao longo do tempo, surgiram diversas correntes teóricas dentro do feminismo para abordar diferentes aspectos das questões de gênero e para destacar as diferentes formas de opressão que as mulheres enfrentam (Couto; Dittrich, 2017).

Sabendo que o feminismo é uma crença na igualdade social, econômica e política dos sexos que se originou no Ocidente, sendo manifestado em todo mundo. O termo feminista foi descrito pela primeira vez pelo filósofo francês François Marie Charles Fourier em 1838. A história do feminismo pode ser dividida em ondas (Brunell; Burkett, 2023).

O sufrágio foi considerado a primeira onda do feminismo e o seu principal objetivo. Ela começou na última década do século XIX, quando as mulheres organizaram uma luta por seus direitos, sendo o primeiro deles o direito ao voto. Na Grã-Bretanha as mulheres conseguiram o direito ao voto em 1918 (Pinto, 2003).

No Brasil, a primeira onda também foi por meio do direito ao voto, direito que foi conquistado apenas em 1932. Em 1949 foi publicado *O Segundo Sexo* de Simone Beauvoir, que marcou a entrada na nova onda do feminismo. Já em 1963, Betty Friedan publica “*O Símbolo de Feminismo do Ocidente*”, que é considerada a bíblia para o novo feminismo (Pinto, 2003).

A segunda onda focou na igualdade, no movimento pelos direitos civis, pela garantia de equidade salarial e de oportunidades, essa onda provocou uma extensa discussão teórica sobre as origens da opressão e o papel da família, as feministas desta onda buscaram a liberdade sexual (Brunell; Burkett, 2023).

Na segunda onda, o feminismo ficou repleto de correntes, as anarcofeministas, a partir de Emma Goldman argumentou que as mulheres não poderiam ser libertadas sem a abolição de instituições como a família, a propriedade privada e o poder estatal. Já as feministas individualistas, invocaram o princípio liberal do governo mínimo, e romperam com a maioria das outras feministas na busca de soluções para os problemas das mulheres. As feministas amazônicas, celebram heroínas místicas e defendem a libertação por meio da força física. As feministas separatistas, pregam que as mulheres não podem emancipar-se sem pelo menos alguma separação dos homens (Brunell; Burkett, 2023).

Dentre todas as correntes feministas, três se destacam, o primeiro é o feminismo liberal ou dominante, que concentra as suas energias em mudanças concretas e pragmáticas a nível institucional e governamental. O objetivo é integrar as mulheres nas estruturas de poder e dar-lhes igualdade de acesso a posições tradicionalmente dominadas pelos homens (Brunell; Burkett, 2023).

Em contraste com a abordagem pragmática adotada pelo feminismo liberal (Brunell; Burkett, 2023), o feminismo radical pretendia remodelar a sociedade e reorganizar as suas instituições, que elas acreditavam serem inerentemente patriarcais.

As radicais, acreditavam que o papel subordinado das mulheres na sociedade estava tão intimamente ligado ao tecido social que não poderia ser desfeito sem uma transformação revolucionária da própria sociedade (Brunell; Burkett, 2023).

Por fim, o feminismo cultural, rejeita a ideia de que homens e mulheres são essencialmente iguais e defende a celebração de qualidades associadas às mulheres, como o seu maior apreço pelas relações afetivas. Inerente à sua mensagem está uma crítica às tentativas do feminismo dominante de entrar nas esferas tradicionalmente masculinas. Isto é visto como uma tendência natural para denegrir as mulheres na tentativa de torná-las mais parecidas com os homens (Brunell; Burkett, 2023).

Na terceira onda, que começou na década de 1990, questionava a divisão por gênero do trabalho, apresentou-se uma visão interseccional baseada em discriminações por gênero, raça e classe. Nesta onda as feministas basearam-se no movimento pós-modernista e buscaram questionar, recuperar e redefinir ideias sobre feminilidade e gênero. É uma mudança clara na forma como as pessoas veem o gênero, vendo algumas características como estritamente masculinas e outras como estritamente femininas, dando lugar ao conceito de um *continuum* de gênero. Nesta perspectiva, cada pessoa é vista como possuidora, expressando e reprimindo toda a gama de características anteriormente associadas a um determinado gênero (Brunell; Burkett, 2023).

A quarta onda do feminismo, iniciou-se por volta de 2012 e concentra-se em questões como assédio sexual, aceitação dos vários tipos de corpos, a cultura do estupro, entre outras (Martinez, 2021). O componente chave desta onda é a utilização das mídias sociais, até o presente momento o movimento mais significativo é o #MeToo, que foi lançado nos Estados Unidos em 2006 para ajudar as vítimas de violência sexual, porém ganhou ampla divulgação apenas em 2017 (Brunell; Burkett, 2023). No Brasil, no ano de 2018, o uso das redes sociais, impulsionou a criação da *hashtag* #MeTooBrasil onde foram denunciados inúmeros casos de assédio e abuso sexual no Brasil em diversas áreas da sociedade.

A visão do pós-modernismo feminista rejeita as práticas abertamente sexistas e as ideologias que argumentam que as diferenças entre homens e mulheres são naturais e necessárias e que há algo na natureza das mulheres que justifica a sua subordinação aos homens (Anderson, 2015).

O pós-modernismo também passou a criticar as próprias feministas, expondo as tendências excludentes do próprio movimento. Mulheres negras e lésbicas acreditam que a teoria feminista tradicional esqueceu seus problemas, necessidades e perspectivas. Assim, o pós-modernismo feminista se esforça para responder a essas críticas e propõe e produz um conceito feminista baseado no conceito de mulher da teoria feminista (Anderson, 2015).

O movimento feminista ganha força e as mulheres começam a falar sobre as relações de poder entre homens e mulheres, o feminismo surge como um movimento de libertação que pretende ampliar o espaço da mulher na sociedade e por liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e o seu corpo (Pinto, 2003).

O feminismo tem a ver com visão crítica e, portanto, com posicionamento crítico em espaços sociais não homogêneos marcados pelo gênero. Rago nos adverte

que “As teóricas feministas propuseram não apenas que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas” (Rago, 1998, p. 6). As mulheres estão no centro do sistema reprodutivo da sociedade e são responsáveis pelo ambiente doméstico, que é a base do sistema de produção capitalista. Elas são mais capazes de ver como o patriarcado não consegue satisfazer as necessidades das pessoas (Williams, 2016).

A pauta do movimento feminista é o combate ao sexismo, acabou por deixar as mulheres negras invisíveis e ignorou as diferenças sociais como etnia e classe social. A principal crítica a generalização do feminismo é Bell Hooks, (2022) que afirma que a opressão não atinge do mesmo jeito todas as mulheres, pois a realidade social é complexa e precisa ser feita de forma inclusiva. As feministas no Ocidente ainda estão buscando descolonizar o pensamento e a prática feministas, a fim de abordar estas questões sem salvar o imperialismo ocidental. Uma perspectiva feminista decolonial examinará primeiro como as práticas sexistas que visam os corpos das mulheres estão interligadas à escala global. Numa abordagem decolonial do feminismo, este não é apropriado pelo capitalismo transnacional (Hooks, 2022). Hooks também enfatiza a necessidade de uma abordagem crítica e transformadora do feminismo, que não apenas critique as estruturas de poder existentes, mas também trabalhe para criar mudanças significativas na sociedade em direção à igualdade e justiça para todas as mulheres.

O feminismo negro reconhece a interseccionalidade de raça, gênero e outras formas de opressão, como classe e sexualidade, e reconhece que as experiências das mulheres negras são muitas vezes marginalizadas e negligenciadas nos movimentos feminista e antirracista. Assim, o feminismo negro procura abordar questões como racismo institucional, desigualdade econômica, justiça reprodutiva e o impacto do colonialismo na vida das mulheres negras (Carneiro, 2003).

Para Davis (2016), as mulheres negras sempre estiveram dispostas a colaborar com o movimento feminista multirracial que luta pelos direitos políticos de todas as mulheres, porém elas sempre foram menosprezadas pelo feminismo branco. A autora ainda ressalta que toda limitação imposta a mulher branca americana é agravada mil vezes quando se trata da mulher negra.

As mulheres negras nunca tiveram o foco de sua vida centrado nas tarefas domésticas, o capitalismo impôs a dona de casa branca e de classe média a submissão com o papel da esposa. As mulheres negras tiveram que ser fortes por sua família e comunidade, ser forte era questão de sobrevivência. Pela independência que tinham as mulheres negras pagaram um preço caro, pois sempre carregaram o fardo do trabalho assalariado com as atividades domésticas (Davis, 2016).

A pauta do movimento feminista e o combate ao sexismo, acabou por deixar as mulheres negras invisíveis e ignorou as diferenças sociais como etnia e classe social. A principal crítica a generalização do feminismo é Hooks (2022), que afirma que a opressão não atinge do mesmo jeito todas as mulheres, pois a realidade social é complexa e precisa ser feita de forma inclusiva. Segundo Hooks (1995), o sistema colonial desumanizou o corpo da mulher negra para garantir que ela replicasse o

próprio sistema de exploração escrava por meio de gravidezes em série. O trabalho foi historicamente reservado aos homens e que o fato de as mulheres negras sempre terem sido forçadas a trabalhar as rouba de sua feminilidade.

Carneiro (2003), explicita que o feminismo eurocêntrico se distancia da realidade das mulheres negras ao menosprezar sua história de luta e resistência. Além disso, reafirma o mito da democracia racial brasileira ao equiparar as experiências opressivas de mulheres brancas e não-brancas, ao mesmo tempo em que ignora como os negros ainda enfrentam a exclusão e o sofrimento.

O feminismo interseccional procura debater um feminismo mais inclusivo e igualitário que priorize todas as experiências e necessidades de todas as mulheres, especialmente aquelas pertencentes a grupos marginalizados e mais vulneráveis. Reconhece que simplesmente falar sobre igualdade de gênero não é suficiente para criar uma sociedade mais inclusiva porque as nuances são muito mais complexas do que as experiências das mulheres brancas, cisgênero e de classe média (Santiago; Faria, 2021).

A interseccionalidade faz compreender os efeitos da influência entre duas ou mais formas de discriminação, como a interação entre sexismo, racismo, patriarcalismo e como afetam as mulheres (Crenshaw, 2004). Assim as intersecções gênero e raça contribuem para compreender a complexidade do ser humano e das desigualdades sociais, refutando a hierarquização das diferenças sociais e reconhecendo a multiplicidade da humanidade.

É importante refletir sobre a intersecção gênero, raça e classe para verificar como acontece as relações de poder e como as interações desses pontos fortalecem a supremacia masculina, principalmente no ambiente organizacional, fortalecendo os papéis sexuais hierárquicos.

Diante do exposto, observa-se que a teoria feminista no Brasil é uma parte importante do movimento feminista global que visa analisar e desafiar as desigualdades de gênero e a opressão das mulheres. O movimento feminista brasileiro tem uma história rica e diversificada, com raízes que remontam ao século XIX, mas que se fortaleceu e ganhou destaque significativo no século XX e continua ativo no século XXI (Matos, 2010). Na década de 1960, no Brasil, houve um movimento diverso da Europa e dos Estados Unidos, que estavam no ápice dos movimentos libertários. Com a ditadura militar, o Brasil vivia um momento de repressão que dificultava a luta por liberdade. Mesmo com o regime militar surgiram as primeiras manifestações feministas na década de 1970 (Pinto, 2003).

Inicialmente, as primeiras feministas brasileiras estavam focadas principalmente em questões como o direito ao voto e a educação para as mulheres. Posteriormente, o movimento se expandiu para abordar questões mais amplas de igualdade de gênero, incluindo direitos reprodutivos, violência de gênero e representação política. Assim como em outros lugares, o feminismo no Brasil não é monolítico e abrange uma variedade de abordagens e correntes de pensamento (Matos, 2010). Em 1975, Terezinha Zerbini lançou o Movimento Feminista pela Anistia, que só foi acontecer em 1979. Em 1976, foi lançada a Carta Política, pelo Círculo da Mulher em Paris, que defendia

que o objetivo do movimento não era separar homens de mulheres e sim lutar contra a dominação da sociedade capitalista (Pinto, 2003).

Em 1980, o feminismo no Brasil ressurgiu com vários grupos e com inúmeros temas, como: violência, sexualidade, equidade, trabalho, maternidade, dentre outros. Eram em sua maioria movimentos populares, influenciados pela Igreja Católica. Já em 1984, foi criado o Conselho Nacional da Condição da Mulher - CNCM, que trabalhou para a inclusão dos direitos das mulheres na nova constituição, assim, a Constituição de 1988 garantiu as mulheres vários direitos (Sarti, 2010).

Nos governos de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso o CNCM perdeu relevância. No primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2006) e com ela o Conselho foi recriado. O movimento feminista seguiu um processo de profissionalização, de busca junto ao estado de aprovação de medidas protetoras as mulheres e a ampliação de espaços na vida pública e política (Sarti, 2010).

Com base na discussão temos que, para o materialismo histórico, o que sustenta as condições materiais e econômicas são um fator chave na formação das estruturas sociais e das relações de poder. O feminismo adotou esta abordagem para examinar como as desigualdades de gênero estão arraigadas nas estruturas econômicas e sociais, argumentando que o capitalismo perpetua a opressão de gênero (Pinto, 2010).

Essa abordagem, porém, tende a reduzir todas as formas de opressão, incluindo a opressão de gênero, às relações econômicas e de classe. Isso pode levar a uma simplificação excessiva da complexidade das questões de gênero, deixando de lado outros fatores importantes, como as dinâmicas culturais, sociais e psicológicas que contribuem para a opressão das mulheres (Pinto, 2010). O feminismo é uma crítica que vincula a subordinação das mulheres na esfera doméstica e sua exclusão da esfera pública. Assim, Farah (2004) explicou que o principal objetivo do feminismo é mudar a situação da mulher na sociedade, a fim de superar a desigualdade de gênero.

Com base em tudo o que foi exposto nesta seção, temos que o feminismo continua a ser um movimento vital e relevante. Questões como a violência de gênero, a desigualdade no trabalho e a representação das mulheres em cargos de gestão, são tão pertinentes hoje quanto eram quando o movimento começou.

Mulheres no mercado de trabalho: desafios e conquistas

O trabalho tem estado sob a influência de contínuas mudanças econômicas, tecnológicas e políticas e pode ser cabido no processo de exploração humana. É importante compreender o trabalho dentro da lógica capitalista de produção. O sentido do trabalho é fruto de partes das relações sociais em diferentes momentos, trata-se de uma vivência social e cultural dos trabalhadores e analisar como ele ocorre na sociedade (Frigotto, 2009).

O trabalho ao reproduzir relações sociais alienantes, passa a ser a negação do humano ao mesmo tempo que continua a produzir o homem reafirmando-o como indivíduo. Os sentidos do trabalho se alteram junto com o mundo: com a globalização e com as novas formas nas relações de trabalho (Tolfo; Piccinini, 2007).

O trabalho integra a vida do trabalhador reportando a identidade mais densa da relação do homem com a natureza. O trabalho tem relevância na sociedade por meio da educação que transforma o homem pela aprendizagem, pela formação e pela relação entre educação e trabalho. Por meio do trabalho o ser humano transforma a natureza para atender as suas necessidades, o trabalho vem a se tornar um fator financeiro com o surgimento do trabalho assalariado no sistema capitalista (Saviani, 2005).

O avanço do capitalismo fez surgir o mercado do trabalho, em que somos apresentados aos donos dos meios de produção e ao trabalhador que vende sua força de trabalho em troca do salário. O trabalho como princípio educativo não concebe a formação para esse mundo do trabalho nem representa o treinamento para o exercício de atividades de formação mecanicista que reforça a hegemonia de um sistema de classes (Saviani, 2005). O enfoque educacional no trabalho não prepara os indivíduos para esse contexto laboral nem oferece um treinamento que vá além da mecânica, reforçando assim a hegemonia de um sistema de classes.

O trabalho permite aos indivíduos a percepção de que eles são elementos ativos na sua própria formação. A classe trabalhadora, que inclui todas as camadas da sociedade que vivem da sua força de trabalho, é diversificada, dessa forma é imperativo que os trabalhadores se organizem, com pautas políticas e sociais adequadas com uma urgente transformação das políticas públicas de trabalho (Tolfo; Piccinini, 2007).

Para Marx (2004), conceber o trabalho é primário para conceber o aproveitamento na instituição capitalista, ele é visto quanto uma forma de trabalho alienado, é a contestação da substância humana. A alienação pelo trabalho impede a produção humana, ela bloqueia o plano de instituição emancipadora quão supera o trabalho alienado (Antunes, 2009). Para Saviani (2005), o trabalho é o cerne do ser humano é um ato consciente, como se observa:

Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana, não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência humana é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda, se complexifica ao longo do tempo, é um processo histórico (Saviani, 2005, p. 154).

Ao analisar o contexto histórico do trabalho, devemos voltar a Engels (2013), que iniciou o estudo da história da família com o Direito Materno de 1861. No início, os humanos viviam em uma promiscuidade sexual o que impossibilitava o estabelecimento da paternidade, assim, a relação entre pai e filho foi estabelecida por intermédio da

linha feminina, o que ocorria entre todos os povos antigos segundo o direito materno. Como resultado, as mulheres eram admiradas e respeitadas, até ao ponto da dominação feminina absoluta. Com a mudança para a monogamia, a mulher passou a pertencer a apenas um homem (Gomes; Balestero; Rosa, 2016).

Os escritos de Engels (2013) retratam três períodos distintos, cada um deles um estágio progressivo no desenvolvimento social: selvagem, barbárie e civilização. Estes termos, mudaram desde então, mas mantêm o esquema básico: natureza selvagem refere-se à caça e colheita; tempos bárbaros, uma fase em que a agricultura era dominante, primeiro através da horticultura, mais tarde por meio do uso de tecnologias avançadas, como o arado e a irrigação em grande escala; a evolução da civilização, da sociedade urbana e as origens da indústria (Andrade, 2015).

Foi dado a ambos os sexos um elevado grau de autonomia no desenvolvimento destas competências: por exemplo, a recolha e distribuição de alimentos na tribo era efetuada exclusivamente por mulheres, que poderiam decidir não o atribuir a alguém que considere que não está a cumprir adequadamente o seu papel dentro do grupo. Nas sociedades pré-classistas, as mulheres conseguiam conciliar a maternidade e o trabalho produtivo, sem uma separação clara entre as duas esferas. Uma vez que as mulheres eram a base da produção nestas sociedades, não havia desigualdade sistémica entre os gêneros e elas eram tidas em alta estima mesmo à medida que envelheciam (Andrade, 2015).

O centro da teoria de Engels (2013) sobre a opressão das mulheres baseava-se na relação entre a divisão sexual do trabalho e o modo de produção, relação que sofreu uma transformação fundamental com o surgimento da sociedade de classes. Nas sociedades de caçadores-coletores e jardineiros, havia uma divisão sexual do trabalho, com um conjunto de responsabilidades estritamente definidas entre homens e mulheres (Andrade, 2015). O surgimento da sociedade de classes resultou não apenas na ampliação da disparidade entre governantes e governados, mas também no aumento da disparidade entre os gêneros masculino e feminino.

O fim do direito materno foi uma enorme derrota na história das mulheres. Os homens começaram a governar a família e as condições de ser mulher foi degradada. A partir deste ponto, a mulher se tornou uma escrava para o prazer dos homens e uma simples ferramenta de reprodução. Desta forma, a monogamia não será entendida como um acordo entre um homem e uma mulher, muito menos como a forma mais elevada de casamento, a monogamia, aparece sob a forma de escravização de um sexo ao outro, como uma declaração de conflito até então desconhecido entre os sexos ao longo da pré-história (Gomes; Balestero; Rosa, 2016).

Ao desnaturalizar a família patriarcal e monogâmica, um modelo de família que foi glorificado em grande parte porque o patriarcado abriu caminho para a ideia de que o espaço privado e o trabalho doméstico não remunerado que o acompanha são destinados ao sexo feminino. As lutas das mulheres devem estar alinhadas com as lutas de classes, afinal, as mulheres constituem as fileiras dos indivíduos explorados pelo sistema capitalista, e seus problemas precisam ser enfatizados ao se discutir o assunto (Galetti, 2022). Há uma dinâmica dialética entre as abordagens teóricas sobre

gênero e as relações de classe, que se entrelaça com uma análise histórica da interação entre os movimentos de libertação de classes e os movimentos feministas.

Para Federici (2017) a acumulação de capital inclui inúmeros fenômenos que Marx (2004) não pontua, tais como:

i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores (Federici, 2017, p. 26).

A maternidade significa mais trabalho doméstico e menos tempo para a carreira profissional da mulher, a sociedade, por ter aspectos culturais machistas, muitas vezes coloca uma pressão excessiva sobre as mulheres para equilibrar a maternidade e a carreira, o que leva a escolhas difíceis e a sensação de culpa por qualquer escolha que seja feita (Sousa; Guedes, 2016).

Diante do exposto, o capitalismo muitas vezes ignora e desvaloriza o trabalho não remunerado que as mulheres realizam, como cuidar de crianças e idosos, cozinhar e limpar. As mulheres são frequentemente relegadas a trabalhos mal remunerados e precários, enquanto os homens dominam os setores mais lucrativos e prestigiosos da economia. A relação mulheres, trabalho e capitalismo é complexa e marcada por resistência e opressão.

Considerações finais

Ao longo deste artigo exploramos a complexa trajetória da mulher desde a Inquisição até os debates contemporâneos sobre gênero, feminismo e trabalho. Por meio da análise crítica e interdisciplinar, podemos concluir que a Inquisição representou um marco histórico de profunda violência e opressão contra as mulheres, a perseguição às bruxas evidenciou a misoginia e o patriarcado enraizados na sociedade da época, deixando marcas duradouras na construção da identidade e dos direitos das mulheres.

Retratamos que a luta pela igualdade de gênero é um processo histórico contínuo e multifacetado. O feminismo, em suas diversas vertentes, desempenhou um papel fundamental na conquista de direitos e na transformação da sociedade, desafiando estereótipos e abrindo caminho para a emancipação das mulheres. A inserção das mulheres no mercado de trabalho formal é um avanço significativo, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido. As mulheres continuam a enfrentar desafios e desigualdades no mundo do trabalho.

Esta pesquisa bibliográfica proporcionou uma compreensão mais profunda das experiências das mulheres ao longo dos séculos, destacando tanto os progressos

alcançados quanto as desigualdades persistentes. Os benefícios deste estudo incluem uma compreensão mais profunda da evolução dos direitos e papéis das mulheres na sociedade, desde os tempos da inquisição até o presente. Este conhecimento é fundamental para informar as políticas e práticas atuais que buscam promover a igualdade de gênero no local de trabalho.

No entanto, é importante reconhecer que esta pesquisa bibliográfica apresenta algumas lacunas que merecem atenção futura. A análise poderia se beneficiar de uma abordagem mais aprofundada sobre a experiência de mulheres de diferentes origens socioeconômicas e culturais. Além disso, a maioria dos estudos se concentra em sociedades ocidentais, deixando de considerar a experiência de mulheres em outras partes do mundo.

Este artigo, abre caminho para futuras pesquisas que podem preencher as lacunas identificadas e expandir nosso entendimento sobre a experiência das mulheres ao longo da história.

Dessa forma, entende-se que a compreensão da história da mulher e das lutas por sua emancipação é fundamental para construir um futuro mais justo e igualitário. Para isto é necessário o estudo e a reflexão crítica, com isto podemos identificar os mecanismos de opressão e os desafios que ainda persistem, buscando soluções para construir uma sociedade onde todas as mulheres tenham seus direitos plenamente respeitados.

Referências

ANDERSON, Elizabeth. Feminist Epistemology and Philosophy of Science. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, Edward N. Zalta (ed), 2015. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/feminism-epistemology/>. Acesso em: 22 de mai. 2024.

ANDRADE, Joana El-Jaick. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18, p. 265–300, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/wcjHdhyJbhgRqhPQxfrBnFQ/>. Acesso em: 22 de mai. 2024.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia clínica**, v. 17, n. 2, p. 41–52, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/BVXTfbqzbzJJYh7pwSkjdzpN/>. Acesso em: 22 de jun. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. de Maria Helena Kühner. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos pagu**, p. 249-274, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Tp6y8yyyGcpfdbzYmrc4cZs/#>. Acesso em: 22 de mai. 2024.

BRUNELL, Laura.; BURKETT, Elinor. **Feminism**, 17 set. 3DC.Encyclopedia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/feminism> . Acesso em: 22 de mai. 2024.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**: Rio de Janeiro, 2003.

COLLIN, Françoise. (1992). Práxis de la différence Paris: Les Cahiers du Grief. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/grif_0770-6081_1992_num_46_1_1865. Acesso em: 22 de mai. 2024.

COUTO, Aline Guimarães; DITTRICH, Alexandre. Feminismo e análise do comportamento: caminhos para o diálogo. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, v. 8, n. 2, p. 147-158, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-35482017000200001. Acesso em: 22 de mai. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. 2002, vol.10, n.1, pp.171-188. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 de mai. 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DERRIDA, Jacques. **Força de lei: o fundamento místico da autoridade**. São Paulo, Martins Fontes, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Clube de Autores, 2013.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/T3X8zdDGn5DZbcjxTLjcyKM/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 de mai. 2024.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal. 1985.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista brasileira de Educação**, v. 14, p. 168-194, 2009.

GOMES NETO, Manoel; GRANGEIRO, Rebeca; ESNARD, Catherine. Mulheres na academia: Um estudo sobre o fenômeno queen bee. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 23, n. 2, p. 1-30, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/zjTNYscMRwDxczDqXFc4QSH/?lang=pt>. Acesso em: 22 de mai. 2024.

GONTIJO, Míriam Rabelo. MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Da Inserção Ao Empoderamento: Análise Da Trajetória De Diretoras De Instituições Privadas De Ensino Superior De Belo Horizonte. **Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)** [online]. 2017, v. 23. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/read/a/fQWfjvdQBMtRKjHpXHxGrLJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 de mar. 2024.

GUIMARÃES, Amanda Jalloul; NUNES, Meire Aparecida Lode. Bruxas e Feiticeiras: Um estudo iconográfico do corpo na idade média. **Revista Coisas do Gênero**. | v. 9, n. 1 | p.150-169 | Jan./Jun. 2023. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/genero/article/view/2307/2123>. Acesso em: 22 de mar. 2024.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

HOOKS, Bell. **Mulheres negras**: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 16, p. 193- 210, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/257906>. Acesso em: 22 de mai. 2024.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/d3NZRM8zPZb49RYwdSPr5jQ/>. Acesso em: 22 de mai. 2024.

MELO, Ailton Dias.; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Bruxas, perigosas e desordeiras – a mulher e a culpa na inquisição. **Diversidade e Educação**, v. 9, n. Especial, p. 21-48, 2021.

Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/download/12646/8750/41630>. Acesso em: 22 de mai. 2024.

MIRANDA, Adílio Renê Almeida.; MAFRA, Flávia Luciana Naves.; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. Relações de gênero e poder: um estudo com professoras-gerentes em uma universidade pública. **Revista Administração em Diálogo - RAD**, [S. l.], v. 14, n. 3, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/11789>. Acesso em: 22 de mai. 2024.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010. <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/>. Acesso em: 20 de mai. 2024.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, 1998. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1998\(11\)/Rago.pdf](https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1998(11)/Rago.pdf). Acesso em: 22 de mai. 2024.

SANTIAGO, Flavia.; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Feminismo Negro e Pensamento Interseccional: Contribuições para as Pesquisas das Culturas Infantis. **Educação & sociedade**, v. 42, p. e239933, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/qzyyYKFLrmdBfC3mMpkQvKL/>. Acesso em: 29 de mai. 2024.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos feministas**, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QVnKzsbHFngG9MbWCFPPCv/>. Acesso em: 29 de mai. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações**. 9. ed., Campinas, Autores Associados, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 29 de mai. 2024.

SCOTT, Joan. (2017). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, pp. 71-99. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

SOIHET, Rachel. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 11, p. 77-87, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634464> Acesso em: 29 de jun. de 2024.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A Desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**: Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQQCgYYfWgp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

STRATHERN, Marilyn. (1988). **O gênero da dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas: Unicamp.

TOLFO, Suzana da Rosa.; PICCININI, Valmiria. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & sociedade**, v. 19, n. spe, p. 38-46, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/GnLRwtX3KcddXXjnJ8LgRWy/>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

WILLIAMS, Priscila. Epistemologia e Feminismo. **Revista Três Pontos**, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3385/2165>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

Recebido em 22/10/2024.

Aceito em 15/11/2024.